



## Rede Internacional de Gênero e Comércio

Boletim

Vol. 8 N° 2

Fevereiro 2008 – Abril 2008

*Paz global e estabilidade econômica através de acesso ao mercado?*

[www.igttn.org](http://www.igttn.org)

### NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES

. **Paz global e a estabilidade econômica não podem ser alcançadas via o acesso ao mercado.** Mariarosaria Iorio, IGTTN Genebra.

### CONFERÊNCIA DA UNCTAD

. **Declaração da Sociedade Civil e o evento paralelo à XII UNCTAD sobre Acordos Regionais.** By Mariarosaria Iorio, IGTTN Genebra.

. **A IGTTN pela igualdade de gênero e pelo reconhecimento da reprodução social na XII UNCTAD.** Kristin Sampson, COC/USGTTN.

### BANCO DO SUL

. **A iniciativa do Banco do Sul.** Ruth Espínola S de Mello – Ponto Focal do Brasil da IGTTN /Secretariado da IGTTN.

### IGTTN EM AÇÃO!

. **Notícias da IGTTN e próximos eventos dos seus pontos focais.**

### RECUSOS DE GÊNERO E COMÉRCIO INTERNACIONAL

#### NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES

**A paz global e a estabilidade econômica não podem ser alcançadas através do acesso ao mercado.** Mariarosaria Iorio, coordenadora do escritório da IGTTN em Genebra, Maio, 2008.

Desde Fevereiro de 2008, consultas e negociações têm sido realizadas no contexto da Rodada de Doha, tanto em nível dos países quanto em Genebra. Essas negociações acontecem em um contexto de mudança econômica global caracterizada pela alta dos preços das *commodities* combinada com a alta do preço do petróleo e o cenário de crise financeira mundial.

Dois fenômenos diretos contribuem para a atual situação dos alimentos e a conseqüente crise: (i) o aumento da demanda de alimentos resultante da mudança dos hábitos alimentares nas economias emergentes; e (ii) a queda na

oferta de alimentos devido à mudança da produção de alimentos em detrimento da produção de agro-combustíveis.

Essas tendências mais recentes situam-se em um contexto de dificuldades estruturais, que incluem a falta de infraestrutura apropriada, a mudança nos hábitos alimentares, o desencontro entre a produção local e os mercados de alimentos mundiais e a monocultura dos países em desenvolvimento que torna esses países muito dependentes das flutuações do mercado mundial. Essa crise é sentida no mundo inteiro, inclusive nos países industrializados onde os segmentos menos favorecidos da população lutam para enfrentar a inflação e a estagnação dos salários.

Na luz do que foi dito acima, a agricultura e a segurança alimentar têm enorme ressonância política. Os movimentos sociais e as ONGs, inclusive a IGTTN, há

muito tempo chamam a atenção para os riscos da liberalização comercial na agricultura, com relação à segurança alimentar.

A discrepância entre o consumo e a produção também deve ser situada no contexto da mercantilização dos alimentos e no paradigma do acesso aos mercados. Os crescentes desequilíbrios do sistema econômico ameaçam cada vez mais a coesão social e a igualdade de gênero em todo o mundo, tanto entre os países como dentro dos mesmos. Isso precisa ser mudado.

Não parece realista a idéia de que a Rodada de Desenvolvimento de Doha possa ajudar a crise atual das *commodities* e também a crise financeira. Isso pode ser explicado por pelo menos três razões principais: primeiro, pelo fato de que as atuais regras comerciais desiguais e os programas de ajuste são responsáveis pela situação atual; segundo, porque o tempo necessário para o processo de negociação é longo demais quando comparado às necessidades urgentes das pessoas, resultantes da crise de alimentos; por último, falta vontade política para reconhecer e trabalhar a questão da redistribuição equitativa de recursos entre todos.

Nesse contexto, a XII UNCTAD que aconteceu em Acra, de 20 a 25 de abril, foi de grande importância simbólica. Esse fórum precisa encontrar seu principal papel nos debates relacionados ao comércio internacional e desenvolvimento, propondo políticas concretas, entre as quais possíveis alternativas para se enfrentar o desafio da redistribuição. Isso favoreceria a estabilidade social e a paz mundial.

## NOTÍCIAS DA UNCTAD

**A declaração das organizações da sociedade civil e o evento paralelo da XII UNCTAD sobre acordos regionais.** Mariarosaria Iorio, coordenadora da IGTN Genebra, Maio, 2008.

### **A Declaração das Organizações da Sociedade Civil**

A IGTN foi parte do Grupo de Coordenação Internacional da Sociedade Civil (ISG, do termo em inglês), formado para garantir temas substantivos e organizacionais com vistas a XII UNCTAD, que aconteceu em Acra de 20 a 25 de abril de 2008. O Fórum da Sociedade Civil ocorreu de 17 a 19 de Abril.

O grupo de coordenação internacional da sociedade civil contou com 12 organizações da sociedade civil, tendo sido presidido pela Third World Network - TWN (Rede do Terceiro Mundo), da África. O processo preparatório para a XII UNCTAD já havia começado em 2007 e seguiu durante 2008 até a Conferência em Acra. As audiências da sociedade civil aconteceram em Genebra. A declaração da sociedade civil da XII UNCTAD foi lida na reunião do Comitê Geral, realizada em 21 de abril. Como resultado do trabalho de incidência da IGTN e de outros grupos que trabalham com questões de gênero, a perspectiva de gênero foi incorporada à declaração.

### **Evento paralelo sobre Acordos Regionais de Comércio - RTAs e Tratados de Livre Comércio – TLCs.**

A IGTN foi convidada pela Rede Brasileira de Integração dos Povos - REBRIP/ISG a apresentar os resultados de sua análise global sobre os tratados regionais e de livre comércio. A análise aponta para as assimetrias existentes tanto nas relações econômicas globais quanto

nos espaços regulatórios domésticos e de gênero que têm sido reforçadas ao longo do tempo. Essas assimetrias se refletem nas vantagens que as partes em diferentes níveis de desenvolvimento tiveram ao negociar os acordos regionais e bilaterais. Foram destacadas as questões sistêmicas importantes levantadas por tais acordos, sob uma perspectiva de gênero e setorial, ou seja: corte tarifários e subsídios agrícolas, comércio em serviços, particularmente em saúde, educação, e transporte, e também questões de acesso de produtos não-agrícolas – NAMA (sigla do termo em inglês) ao mercado.

**A IGTN pela igualdade de gênero e pelo reconhecimento da reprodução social nos eventos da XII UNCTAD. Kristin Sampson, COC/USGTN, Maio, 2008.**

A IGTN teve uma forte presença no Fórum da Sociedade Civil que aconteceu de 17 a 19 de abril, em Acra/Gana. Ele precedeu o encontro oficial da XII UNCTAD (20 a 25 de Abril). A IGTN contribuiu com a Rede pelos Direitos das Mulheres em Gana – NETRIGHT promotora dos direitos das mulheres e da transformação social, em uma declaração que atenta para os fracassos do sistema econômico global no apoio à igualdade das mulheres e às tarefas vitais de reprodução social, e que desafia a UNCTAD a ter um papel de liderança no desenvolvimento de alternativas na governança econômica.

A IGTN coordenou a mesa de discussão “Governança global, *policy space*<sup>1</sup> e as possibilidades para o avanço dos direitos

humanos”. Kristin Sampson, coordenadora da USGTN, abriu a sessão com uma breve visão da importância do *policy space*, dando exemplos de como a ação regulatória pode contribuir para alcançar os direitos humanos. Gigi Francisco, coordenadora da IGTN-Ásia, expandiu a discussão ao levantar questões mais amplas relacionadas ao sistema de governança global (OMC, FMI, Banco Mundial, ONU), e de como ele interage com o *policy space*, relacionando as atribuições do comércio, investimento e ajuda externa ao desenvolvimento.

A IGTN, durante todo o evento oficial da XII UNCTAD, fez pressão pela igualdade de gênero e pelo reconhecimento da reprodução social como pontos vitais para qualquer atividade produtiva. A abertura da mesa redonda “*Globalização, desenvolvimento e redução da pobreza: dimensões sociais e de gênero*”, foi um indicativo da conferência como um todo. Embora reconhecendo as deficiências da globalização e a necessidade de se dar maior atenção às questões sociais e de gênero, a mesa não abordou de forma significativa a crítica fundamental das mulheres em relação ao domínio do modelo neoliberal, particularmente ao não considerar a reprodução social e as questões de redistribuição, levantadas pelas mulheres e pelas populações empobrecidas.

A declaração de Acra manteve a linguagem crítica crucial sobre *policy space*, uma vitória, portanto, para os países em desenvolvimento que conseguiram evitar que o conceito fosse neutralizado ou retirado - tentativa feita por outros países (incluindo os EUA). Depois da XI UNCTAD, o conceito rapidamente ganhou terreno em vários fóruns, círculos acadêmicos e políticos,

<sup>1</sup> Esta expressão se refere à capacidade dos países de realizar suas políticas de forma soberana e autônoma (Nota da Tradutora).

tornando-se um princípio aglutinador para os que acreditam que os governos soberanos têm o direito e a responsabilidade de utilizar políticas comerciais, financeiras, sociais e industriais para buscar estratégias de desenvolvimento nacionais. Um espaço de ação política eficaz e amplo é necessário caso os governos queiram realmente trabalhar as questões de igualdade de gênero e reprodução social; demanda de longa data da IGTN.

Embora tenha havido alguns retrocessos na habilidade da UNCTAD em apoiar os países em desenvolvimento nas áreas inter relacionadas de pesquisa e análise, cooperação técnica e construção de consenso intergovernamental, a XII UNCTAD garantiu que seu espaço permanecerá como uma força importante no apoio às necessidades do comércio internacional e do desenvolvimento nos países em desenvolvimento.

## BANCO DO SUL

**A iniciativa do Banco do Sul.** Ruth E S de Mello; Equit/ponto focal da IGTN no Brasil, Maio/08.

### Descompassos para acertar o passo.

Após sucessivos adiamentos ao longo de 2007, o Banco do Sul foi formalmente criado em Buenos Aires em 9 de Dezembro de 2007 quando Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai, Argentina e Venezuela assinaram sua carta de fundação.

Naquele momento foi estabelecido um prazo de 60 dias para que os países membros da nova instituição financeira latino-americana definissem seus estatutos (objetivos, funcionamento, estrutura entre outros). No entanto, foi

apenas recentemente em Montevideu, em 25 de abril, em uma reunião de ministros de economia dos países membros, que o tema foi restabelecido.

Pode-se afirmar que algumas divergências importantes entre os países envolvidos no processo de criação do Banco constituem fatores centrais no sentido de justificar tais adiamentos e atrasos. O momento inicial dos debates em torno da nova arquitetura financeira regional pode ser apontado como uma das razões. Isto porque a idéia surgiu em nível bilateral, por meio de reuniões entre os presidentes Hugo Chavez da Venezuela e Néstor Kirchner da Argentina, realizadas em 2006. O fato do Brasil não ter participado causou alguma inquietação em setores das autoridades deste país que, posteriormente, concordou em fazer parte do projeto sob a condição de que o mesmo fosse guiado apenas por diretrizes técnicas. Mesmo assim, a oportunidade para os opositores do então chamado “Projeto Bolivariano” estava dada, e estes apresentaram críticas quanto à intenção política de tal iniciativa. A falta de liderança do Brasil na articulação preliminar em torno da concepção do organismo financeiro multilateral, apesar de sua importância econômica e política na região foi posteriormente adicionada a outras questões que foram usadas como escusas para que a proposta não fosse considerada. Neste sentido, tem-se que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES é, há algum tempo, a mais forte entidade na América Latina quanto a seus recursos financeiros - em torno de US\$ 25 Bilhões ao ano superior até mesmo em relação aos recursos geridos pelas Instituições Financeiras Multilaterais Internacionais -, os quais são também aplicados no exterior

apesar da limitação legal brasileira quanto a projetos desta natureza.

Não obstante, não apenas a dinâmica do processo de criação do Banco do Sul pode ser apontada para explicar os descompassos supracitados. De fato, os focos centrais de conflitos em potencial certamente se relacionam com o perfil que o banco deterá sua composição de capital e seu sistema de tomada de decisão. [...] Artigo completo em inglês e português em: [www.igtn.org/page/814](http://www.igtn.org/page/814)

### IGTN EM AÇÃO!

#### Reunião do Comitê Diretor da IGTN

As coordenações regionais da IGTN se reuniram de 18 a 22 de fevereiro de 2008 em Roma/Itália, para analisarem os próximos passos de sua agenda de gênero e comércio, focalizada principalmente nos programas globais de capacitação, pesquisa e incidência da IGTN.



**As negociações de Livre Comércio da União Européia: S2B2 organiza semana de estratégia e ação.** Lidia Urbaniak, da WIDE/ponto focal da IGTN na Europa.

A WIDE, membro do Grupo Coordenador da rede S2B, esteve na organização da “Semana de Estratégia e Ação Contra os

Tratados de Livre Comércio - TLCs da União Européia - UE” que se realizou em Bruxelas na semana do dia 6 de Abril e também em Dublin, Londres, Madri, Amsterdã e outras cidades da UE. Mais de cem participantes de ONGs de todo o mundo, dos quais mais de 40 do Sul e 60 da Europa, participaram da semana de estratégia e ação. Foi uma importante oportunidade para a estratégia em torno das negociações de livre comércio da UE-Índia, que a WIDE está monitorando ativamente, oferecendo um espaço para avançar nas discussões com parceiras convidadas da IGTN de outras regiões: Norma Maldonado, do ponto focal da IGTN na Guatemala, Naty Bernardino, da IGTN Ásia e Phides Mazhawidza, da IGTN África.

Durante a semana dos TLCs da S2B, houve a audiência pública do Parlamento Europeu (PE) sobre os Tratados de Livre Comércio da EU intitulado “*Impactos sociais, econômicos e ambientais da estratégia de política externa da ‘Europa global: competindo no mundo’*”. Durante a audiência, representantes de ONGs, sindicalistas e parlamentares debateram a estratégia de comércio da UE e seus impactos. Houve muitas contribuições interessantes, das quais uma em particular, de um membro do PE da Grã-Bretanha, Caroline Lucas, do Partido Verde. Ela levantou a questão se seria uma opção de estratégia política para as ONGs, como uma forma de lutar contra os TLCs, exigir a inclusão de desses artigos no tratado e se eles são levados para as mesas dos governos para então os tratados não serem aceitos. Ela falou também sobre as controvérsias geradas pela própria política de comércio neoliberal que rompeu alianças

<sup>2</sup> A *Seattle to Brussels* (Seattle a Bruxelas) é uma rede pan-européia que faz campanha por um sistema de comércio sustentável, social e democraticamente responsável. A rede inclui temas como desenvolvimento, meio ambiente e direitos humanos, e é composta por organizações de mulheres, produtores agrícolas, sindicatos, movimentos sociais e também institutos de pesquisa. [www.s2bnetwork.org](http://www.s2bnetwork.org)

tradicionais e causou divisões entre partidos. No caso das negociações dos TLCs entre a UE e 10 países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês), o Comitê de Comércio Internacional do PE votou recentemente a favor da conclusão de um tratado de livre comércio entre a UE, desde que ele tenha disposições relacionadas ao desenvolvimento sustentável, à luta contra a fraude e ao respeito pelos direitos humanos. O planejado acordo deve pedir aos países da ASEAN que ratifiquem e apliquem as convenções básicas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de acordo com o relatório do PE. [...] Artigo completo em inglês está disponível em: [www.igtn.org/page/813](http://www.igtn.org/page/813)

### VII Boletim da LAGTN

O boletim da IGTN América Latina de fevereiro-março de 2008 foi editado por Nicole Bidegain Ponte, do ponto focal da IGTN no Uruguai. Essa publicação virtual é de fácil leitura e traz notícias e artigos sobre a situação da América Latina e Central relacionadas aos acordos bilaterais e ao processo de integração sob uma perspectiva de gênero. [...] A versão em espanhol está disponível em [www.igtn.org/page/804](http://www.igtn.org/page/804), e em português (contribuição do ponto focal do Brasil – Equit) em [www.igtn.org/page/803](http://www.igtn.org/page/803)

### A IGTN da Ásia coorganiza a Escola de Verão de 2008 da Fundação Heinrich Böll.

Seguindo a tradição das Escolas de Verão em Gênero na Macroeconomia da HBF (Fundação Heinrich Böll, do termo em inglês), a versão de 2008 vai explorar as

relações entre comércio, política financeira e igualdade de gênero.

A junção pioneira de seguro de investimento *versus* seguro social constitui um ponto de partida inovador para esta versão asiática do curso que está sendo organizado em cooperação com a IGTN da Ásia.

As economias asiáticas são um solo fértil para discutir o contraste entre as garantias oferecidas e os riscos econômicos e sócio-políticos para investidores e indivíduos. No mundo do investimento externo direto e do comércio internacional, as instituições estão oferecendo aos investidores e exportadores seguros contra diferentes tipos de risco, tais como: controle de capitais, convertibilidade da moeda, riscos políticos e expropriação. A Autoridade Multilateral de Garantia do Investimento (MIGA, sigla em inglês), o Entendimento sobre Créditos à Exportação com Apoio Oficial (*Arrangement on Officially Supported Export Credits*), da OECD, o acordo sobre Subsídios e Medidas de Compensação, da OMC, estruturas regionais corolárias e tratados de investimento bilaterais oferecem um ambiente legal no qual isso se torna possível. As entidades financeiras privadas, autoridades públicas e as instituições multilaterais, inclusive agências de exportação de crédito e de seguro, tornam os instrumentos de seguro disponíveis para proteger os investidores contra perdas potenciais decorrentes desses riscos.

Por outro lado, as economias asiáticas têm tido menos sucesso em prover aposentadorias, seguros contra o desemprego e contra doenças, entre outros riscos sociais, para indivíduos e

unidades familiares. O investimento público nessa área é mínimo, e a região parece contar apenas com a rede familiar para buscar sozinha sua solução.

Mais informações em: [www.boell-southeastasia.org/en/web/index\\_209.html](http://www.boell-southeastasia.org/en/web/index_209.html)

### **Seminário Regional sobre as relações Comércio Internacional e Finanças. Aldo Caliri – COC/USA, USGTN.**

O III Seminário de Estratégia Regional das Relações entre Comércio-Finanças, da região africana, foi realizado entre os dias 28-31 de Janeiro em Johannesburg (África do Sul). O encontro encerrou o primeiro ciclo de seminários dirigidos à construção de plataformas para o engajamento das diferentes regiões no Grupo de Trabalho Internacional, iniciado com o primeiro seminário, para a América Latina/Caribe (3-5/Outubro/2005, em Lima), seguido pelo seminário da região asiática, (3-6/Junho/2006, Kuala Lumpur).

A IGTN África, coerente com o firme compromisso de trabalho da IGTN com o Grupo de Trabalho Internacional das Relações entre Comércio-Finanças<sup>3</sup>, co-organizou esse evento junto ao Center of Concern – COC (ponto focal da IGTN nos EUA), que teve o apoio das seguintes organizações: Fórum e Rede Africana de Dívida e Desenvolvimento (AFRODAD), do Zimbábue, Rede de Trocas em Desenvolvimento da África (Camarões), Instituto Africano de Economia Aplicada (AIAE), da Nigéria, Centro de Apoio às Populações Locais e Auto-Desenvolvimento (CAPAD) de Togo,

<sup>3</sup> A IGTN é membro-fundador do Grupo de Trabalho Internacional das Relações entre Comércio-Finanças, e seus capítulos regionais da América Latina e Ásia estavam nos comitês organizadores dos seminários latino americano e asiáticos, respectivamente.

IGTN-África, Rede de Redução da Dívida do Quênia, Iniciativa em Negociações e Informações Comerciais da África Meridional e Oriental (SEATINIs).

O seminário contou com mais de 35 participantes de mais de 15 países da África meridional, oriental, central e ocidental. O objetivo foi garantir a participação igualitária de diferentes sub-regiões. Como os seminários anteriores, este foi estruturado de forma a oferecer uma plataforma para o diálogo e pensamento estratégico que pudesse contribuir para debates-chave nas relações entre comércio-finanças em nível multilateral. A agenda foi construída em torno de dois pilares:

- 1) Identificação e análise das restrições ao *policy space* provenientes tanto da arena comercial quanto da financeira, utilizando como plataforma os quatro setores interligados da agricultura, indústria, serviços e capacidade do estado em regular o capital estrangeiro — crucial para uma estratégia de desenvolvimento, pois formam as bases da economia produtiva. (ligações setoriais)
- 2) Pesquisa de questões selecionadas que relacionam comércio e finanças e têm um potencial estratégico para alavancar as agendas de incidência em curso, das organizações com foco no comércio e finanças (ligações temáticas).

Os participantes trataram de algumas questões chave que fizeram parte da abordagem das relações comércio-finanças na região: o *boom* dos recursos naturais e seus impactos na situação financeira dos países africanos; as negociações dos Acordos de Parceria Econômica - EPAs (sigla do termo em inglês) e suas implicações na capacidade dos países africanos em construir cadeias



produtivas e setores de serviço e indústria fortes, ao depositarem sua confiança no comércio intra-regional; a dependência de ajuda como um obstáculo à capacidade de formular estratégias nacionais próprias de desenvolvimento; o papel da liberalização comercial e de investimentos que favoreceram a dependência da ajuda, e a necessidade urgente de fortalecer as estruturas institucionais para construir e mobilizar a economia interna.

Foram temas recorrentes, que cruzaram os diferentes segmentos do seminário, o papel dos “novos doadores” (China, Índia e outros) e suas implicações estratégicas para a região, e a necessidade de garantir que os governos da região negociem comércio, dívida e ajuda baseados em uma visão de longo prazo sobre como o desenvolvimento poderia se dar em seus países, sendo uma garantia contra as prioridades curtas e transitórias de doadores e empresas estrangeiras.

O grupo reconheceu a utilidade e as possibilidades estratégicas do uso das relações comércio-financeiras nas suas agendas de incidência, identificando áreas onde as relações precisariam ser pesquisadas mais profundamente. Um programa de trabalho foi esboçado, com prioridades para cada relação temática e setorial, e o grupo concordou em operar como um Grupo de Trabalho Regional para garantir a continuidade das tentativas de inserir as relações entre comércio e finanças na agenda atual das organizações da região que trabalham com incidência política comercial e financeira. A intenção do encontro foi a de promover uma plataforma para o engajamento orgânico da região ao Grupo de Trabalho Internacional que também rendeu frutos, já que alguns dos participantes se colocaram como voluntários para o

Comitê Diretor. Mais informações com [aldo@coc.org](mailto:aldo@coc.org)

### **A secretaria global da IGTN e o seu ponto focal no Oriente Médio e Golfo/CRTD-A organizaram atividades conjuntas sobre gênero e comércio.**

De 6 a 12 de Março de 2008, o escritório da IGTN em Genebra deu suporte técnico a dois eventos: (i) a oficina “Os princípios, as Negociações e o Funcionamento Institucional da OMC: uma perspectiva de gênero” (6-7 março de 2008); e (ii) a consulta em Gênero e Comércio: *A entrada do Líbano na OMC: rumo a um Consenso Nacional*. Ambos os eventos realizaram-se em Beirute, no Líbano.

Os eventos foram organizados por Lina Abou Habib, coordenadora da IGTN do Oriente Médio e Região do Golfo, diretora do CRTD-A (sigla em inglês do Coletivo de Pesquisa e Treinamento em Desenvolvimento-Ação), localizada em Beirute. A representante do escritório da IGTN de Genebra, Mariarosaria Iorio, deu o apoio técnico.

A consulta reuniu organizações da sociedade civil, cooperativas de mulheres e representantes do governo.

Os dois eventos foram estruturados em três partes: (i) Os acordos da OMC, princípios e tomada de decisões; (ii) análise de gênero dos acordos de comércio, particularmente aqueles relevantes para o Líbano; (iii) questões relacionadas à entrada do Líbano na OMC sob uma perspectiva de gênero; e (iv) estratégias para incrementar o papel da sociedade civil e das organizações de mulheres nos processos de tomada de decisões.

Os eventos tinham os seguintes objetivos: (i) chamar a atenção para as relações entre comércio e gênero; (ii) avaliar a necessidade de um processo de consulta para alcançar um plano político nacional que beneficie toda a população do Líbano; (iii) destacar os impactos sociais e de gênero da liberalização do comércio e o acesso de setor específico de relevância para o emprego feminino; (iv) dar início a uma dinâmica de diálogo sobre essas questões para diferentes partes interessadas, incluindo agências governamentais.

Foram realizadas também dois dias de consultas com interessados locais.

### Histórico da IGTN no Oriente Médio e Golfo

O trabalho do CRTD-A em gênero e comércio teve início em 2003 e se desenvolveu na direção de uma primeira conferência regional em junho de 2006. Depois da guerra de julho de 2006, a CRTD-A foi indicada como o ponto focal da IGTN no Oriente Médio/Golfo. A colaboração com a IGTN cresceu e juntas prepararam um estudo sobre entrada do Líbano na OMC, assim como a organização deste evento, em colaboração com a Fundação Heinrich Boll.

A proposição principal que orienta trabalho é que as políticas macro-econômicas e o comércio internacional não são neutros em relação ao gênero e conseqüentemente, processos como os acordos de comércio irão sem dúvida causar impactos nas atuais relações sociais de gênero.

Desde 2003, O CRTD-A trabalha na promoção do empoderamento econômico

das mulheres como parte de seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero na economia. O CRTD-A também se preocupa com a invisibilidade, a falta de reconhecimento e o pouco valor dado ao chamado trabalho invisível das mulheres nas unidades familiares e no trabalho reprodutivo, considerados como a base de toda micro e macro-economia.

Isso foi parcialmente abordado nos estudos-piloto, resenhas e em uma pesquisa em curso sobre a contribuição da mulher à economia doméstica, assim como o impacto da pífia participação das mulheres nas economias formais. Também se refletem na organização contínua de oficinas de capacitação nacionais e regionais para pequenos produtores locais, especialmente mulheres em áreas rurais. As publicações supracitadas deste ponto focal da IGTN serão lançadas em breve!

A matéria completa dos eventos pode ser encontrada em inglês na página: [www.igttn.org/page/811](http://www.igttn.org/page/811)

### Cúpula União Européia/América Latina e o III Enlaçando Alternativas



A Cúpula UE/AL foi realizada em Lima/Peru de 13 a 16 de Maio e

teve a intenção de avançar nas negociações de liberalização do comércio entre a UE e vários grupos ou blocos de países da AL (Caribe, América Central, Comunidade Andina e Mercosul).

A sociedade civil organizará a 3ª edição do [Enlazando Alternativas](#) onde a IGTN Latino Americana promoverá uma oficina

e dará início ao 1º módulo do Seminário Virtual (veja mais abaixo).

O ponto focal IGTN no Brasil vai lançar o vídeo “A luta contra a privatização da água no Brasil” que em breve estará disponível na versão em português e em espanhol na página eletrônica do Instituto Equit: [www.equit.org.br](http://www.equit.org.br)

### **Seminário Virtual da IGTN/AL sobre Comércio, Gênero e Incidência.**

A região América Latina da IGTN está realizando um seminário virtual em “Comércio, Gênero e Incidência” em articulação com a Oxfam e o Instituto da Mulher da Espanha. Iniciado em 10 de Maio, se estenderá até 15 de agosto. Mais informações: [seminariogyc@gmail.com](mailto:seminariogyc@gmail.com)

### **RECURSOS EM GÊNERO E COMÉRCIO**

#### **Estudo comparativo em economia do cuidado: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai.**

Soledad Salvador, ponto focal da IGTN no Uruguai/CIEDUR.

*Os novos padrões do comércio internacional e de políticas comerciais contribuíram para a promoção de relações de gênero mais equitativas nos âmbitos público e privado?*

Essa é a pergunta que abre o projeto de pesquisa Comércio, Gênero e Equidade na América Latina: gerando conhecimento para a ação política, do capítulo latino americano da IGTN, com o apoio do Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Internacional (IDRC).

A primeira fase da pesquisa abordou as relações de gênero em duas áreas principais: o comércio internacional e o mercado de trabalho, e a economia do cuidado. Grupos de Pesquisa da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai participaram nessa

primeira fase. O relatório traz ainda informações sobre a configuração da economia do cuidado. O objetivo é identificar os desafios econômicos e sociais permanentes para as políticas públicas e contribuir para a igualdade de gênero. Versão completa da publicação em inglês está disponível em: [www.igtan.org/page/815](http://www.igtan.org/page/815); versão original em castelhano em: [www.generoycomercio.org](http://www.generoycomercio.org)

### **Documentos de Trabalho da IGTN!**

**Iniciativas de Livre Comércio Bilaterais e Regionais: questões políticas e setoriais.** Mariarosaria Iorio, IGTN Genebra, outubro/07.

Já está disponível a versão em castelhano da recente publicação da IGTN que ilustra as questões sistêmicas e legais dos acordos de livre comércio regionais e bilaterais tanto do ponto de vista da consistência como da perspectiva de gênero e de desenvolvimento. Trata dos sistemas e das regulações que estão presentes nas políticas de livre comércio impulsionadas pela UE pelos EUA bilaterais que são tidas como perigosas sob a ótica de gênero. Em espanhol: [www.igtan.org/page/810](http://www.igtan.org/page/810); em inglês em: [www.igtan.org/page/797](http://www.igtan.org/page/797)

Para assinar ou cancelar a assinatura do Boletim Eletrônico da IGTN:  
[https://list.skbrasil.net/listinfo/igtan\\_boletim](https://list.skbrasil.net/listinfo/igtan_boletim)

Para ler Boletins anteriores:  
[www.igtan.org/page/boletims](http://www.igtan.org/page/boletims)

Secretaria Global da IGTN:  
Rua da Lapa, 180 salas 908/909 - LAPA  
20.021-180 Rio de Janeiro/RJ – BRASIL  
Telefax: 55 21 2221-1182 / 2215-9510

Escritório da IGTN em Genebra:  
Mariarosaria Iorio; maria.rosaria@igtan.org  
Tel: 41-22-320-6889 Fax: 41-22-321-2753

Boletim editado por Ruth E S de Mello, da Secretaria Global da IGTN, e traduzido para o português por Marta Lago, do Instituto Equit.